

A Educação Popular como alavanca da transformação social

Popular Education as a lever for social transformation

Milena Moreira Montalvão¹
Universidade Federal do Tocantins

Erasmus Baltazar Valadão²
Universidade Federal do Tocantins

RESUMO

O presente estudo apresenta os fundamentos da Educação Popular (EP), enquanto instrumento de transformação social com base no pensamento e práxis do educador e filósofo pernambucano Paulo Freire. Este trabalho foi realizado a partir da revisão bibliográfica de obras de Paulo Freire e de outros livros e/ou artigos científicos de autores que se dedicaram a pensar e tratar a temática como campo de pesquisa. A Educação Popular se constitui como contraproposta às formas autoritárias e conservadoras de educação, as quais embrutecem e domesticam o educando. Dessa forma, a EP potencializa, por meio de práticas dialógicas e emancipadoras, transformações qualitativas na sociedade, ao passo em que também busca contribuir com a ruptura das injustiças sociais. A Educação Popular não se ocupa tão somente da leitura, escrita e conhecimentos matemáticos, como proporciona uma formação política-cidadã e, principalmente, capaz de promover a humanização do sujeito.

Palavras-chaves: Educação Popular; Paulo Freire; Transformação social

ABSTRACT

The present study presents the foundations of Popular Education (PE), as an instrument of social transformation based on the thought and praxis of the Pernambuco educator and philosopher Paulo Freire. This work was carried out from the bibliographic review of works by Paulo Freire and other books and/or scientific articles by authors who have dedicated themselves to thinking about and treating the theme as a field of research. Popular Education constitutes a counter-proposal to authoritarian and conservative forms of education, which brutalize and domesticate the student. In this way, EP enhances, through dialogical and emancipatory practices, qualitative transformations in society, while also seeking to contribute to the rupture of social injustices. Popular Education is not only concerned with reading, writing and mathematical knowledge, as it provides a political-citizen formation and, above all, capable of promoting the humanization of the subject.

Keywords: Popular Education; Paulo Freire; Social transformation.

¹ Graduanda pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Campus de Arraias, Tocantins. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9185-9563> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2414113710739597>. E-mail: milena.moreira@mail.uft.edu.br.

² Doutor pela Universidade de Brasília (UnB). Professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Campus de Arraias, Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2635832123456273>. E-mail: erasmovalado@mail.uft.edu.br.

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que a Educação Popular (EP) se constitui instrumento na transformação social, o estudo apoiado no pensamento e práxis do educador pernambucano Paulo Freire se propõe a pensar os fundamentos que orientam essa educação, enquanto que também delinea as contradições percebidas entre Educação Popular e a educação bancária, tida por Freire como ferramenta de dominação dos sujeitos e manutenção das estruturas verticais de poder.

A EP é criada entre as organizações populares latino-americanas e privilegia práticas dialógicas e democráticas de educação, diligenciando a emancipação e a autonomia do educando por meio de uma formação cultural, política e cidadã. É compreendida como contraproposta que foge às determinações, exigências e formalismo do currículo, bem como das concepções tradicionais e autoritárias de educação em que em muito se percebe a quietude, a obediência e a memorização mecanicista dos conteúdos pelos educandos. Nesse viés, este estudo entende A EP como proposta alternativa e válida que atende às massas populares em suas especificidades, considerando seus saberes e vivências como igualmente valorosos ao conhecimento técnico-científico, enunciado e vivido pela cultura letrada e elitista.

Nesse sentido, as discussões empreendidas vão ao encontro do pensamento e do inédito-viável sonhado por Paulo Freire, que trata da utopia de transformar a sociedade e romper com as injustiças sociais, que só podem ser mediatizadas por um projeto de educação que se contraponha ao sistema capitalista e neoliberalista. A materialização da Educação Popular, nessa ótica, só é possível quando pensada para e entre o proletariado que vive submerso nas mazelas sociais, sem direito a pronunciar a palavra e a pensar criticamente.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO POPULAR E A CONTRAPOSIÇÃO À EDUCAÇÃO BANCÁRIA

Pensar a educação exige compreender o contexto histórico no qual, por muito tempo, a educação veio a constituir-se sob uma concepção pedagógica de ensino tradicional. Sob esta perspectiva, o professor é considerado o mestre, enquanto o educando trata-se de um mero aprendiz, relação a qual Paulo Freire denomina de educação bancária ou paternalista, e que se configura como um instrumento de dominação dos sujeitos.

A concepção bancária de educação baseia-se na ideologia de segregação das classes oprimidas e opressoras, por meio da qual, segundo Freire (2014, p. 170): “As massa populares não têm que, autenticamente, “ad-mirar” o mundo, denunciá-lo, questioná-lo, transformá-lo para sua humanização, mas adaptar-se à realidade que serve ao dominador”. Para tanto, lhes é negado o direito à palavra, por meio de uma educação que privilegia o silêncio e a obediência em detrimento da pronúncia e da emancipação.

A educação tradicional reúne características que lhes são próprias, entre as quais se encontram: alienação, desumanização, conformismo, opressão, memorização mecânica de conteúdo, transmissão de conhecimento e práticas de ensino pautadas no autoritarismo, pelas quais se propõe a convencer os sujeitos da sua inutilidade, insuficiência, incapacidade, de modo a conformar-se com a realidade na qual estão inseridos.

O paternalismo ao qual Paulo Freire faz referência em seus escritos trata-se de uma forma sutil de dominação e repressão dos oprimidos, como enuncia Freire. Por meio dele, o dominador “(...) pretende é conquistá-lo [o oprimido], cada vez mais, através de mil formas. Das mais duras às mais sutis. Das mais repressivas às mais adocicadas, como o paternalismo” (FREIRE, 2014, p. 186).

Os desdobramentos da opressão podem ser diversos, a depender dos sujeitos oprimidos, os quais podem vir a temer a liberdade por se acreditarem eminentemente incapazes de assumirem tal postura. Por vezes, os oprimidos desejam erroneamente assumir a postura de opressores por uma admiração dos padrões estabelecidos, o que os fazem desejar compor a elite. A estes Paulo Freire nomeia de opressores hospedados, os quais “(...) por exemplo, querem a reforma agrária, não para se libertarem, mas para passarem a ter terra e, com esta, tornar-se proprietários ou, mais precisamente patrões de novos empregados” (FREIRE, 2014, p. 45).

Deve-se, ainda, compreender que a educação bancária e a opressão não se referem tão somente à dominação socioeconômica bem como à cultural, em que os oprimidos possuem sua cultura e sua expressividade subjugadas frente à cultura hegemônica, enunciada pelos opressores. Nesta postura argumenta-se que a “ignorância absoluta” “justifica” o absolutismo de ensinamentos/doutrinação, e por esta perspectiva se pode compreender a relação existente entre camponeses e “doutores” como uma invasão cultural, em que os primeiros se encontram em condição de ignorantes e, por assim ser, devem manter-se em silêncio absoluto enquanto ouvem aqueles que tudo sabem e tudo conhecem. Essa relação se constrói, portanto, por

intermédio do autoritarismo, da conquista, da manipulação, da desvalorização e da invasão a um povo e/ou cultura.

Em contraponto à educação bancária, a Educação Popular pode ser compreendida como uma concepção de educação que teve origem entre organizações populares latino-americanas, que atravessa os muros das instituições formais de ensino, na busca de uma educação problematizadora e libertadora, que transforme a sociedade por meio de uma formação cultural, política e cidadã.

Como defende Brandão (2021), na EP inexitem relações de poder entre alunos e professores, posto que, para o autor, esta educação fundamenta-se pela construção coletiva do conhecimento, em que todos aprendem e todos ensinam, por meio de relações pautadas no diálogo e na heterogeneidade. Ainda para Brandão (2021), diferentemente das concepções antidialógicas e elitistas de educação, a EP não pode ser comercializada e recusa práticas educativas pautadas na quietude e no silêncio do educando, como na educação bancária.

Nesta perspectiva, o educador e filósofo brasileiro Paulo Freire se constitui como um dos principais idealistas desta concepção de educação, a qual, para ele, trata-se de uma construção coletiva do conhecimento que deve acontecer a partir da realidade local para e entre as classes populares, posto que demanda “(...) respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares chegam nela saberes socialmente construídos na prática comunitária” (FREIRE, 2006, p. 30).

Paulo Freire, em um dos seus escritos, intitulado “Pedagogia do Oprimido”, mostra-se contrário à concepção bancária e paternalista de educação que se constituiu ao longo dos anos para atender aos interesses da classe dominante (opressores), e, em contrapartida, advoga pela Educação Popular, sobre a qual argumenta se constituir um potencial instrumento na luta pela libertação dos oprimidos.

Enquanto para/na educação bancária o educador se constitui como sujeito do processo de ensino/aprendizagem e o educando, um mero objeto, na Educação Popular esta relação se constitui de forma dialógica: ensinar já não se reduz ao conceito simplista de transmissão de conhecimento, mas, sim, em uma construção coletiva, em que o respeito à autonomia, integração, apreensão da realidade, generosidade, liberdade e afetividade se caracterizam como partícipes do processo, pois, saber “(...) abrange a subjetividade do sujeito, traduzida, em uma forma de como ele se relaciona e convive com o outro e com o mundo” (FEITOSA, 2016, p. 51).

A educação bancária, na qual o educando se constitui como um “banco” onde devem ser depositados os conhecimentos julgados (pelo pensamento hegemônico) previamente como indispensáveis para todos, se difere em vários aspectos da EP, em que os saberes são adquiridos em comunhão, pois, nesta vertente, a relação não se constrói de forma hierarquizada como acontece na educação formal, mas de maneira dialógica, posto que o diálogo fundamenta as suas práticas.

Sobre a Educação Popular, Brandão (2021) reforça que, para além da dialogicidade, a qual é compreendida como princípio educativo, as práticas da EP possuem como característica a serem consideradas a reciprocidade e a troca de conhecimentos entre os participantes, que devem ser compreendidos em suas diferenças. Esta concepção de educação, na visão do autor supracitado, não está preocupada com a aquisição de habilidades e transmissão de conhecimentos técnico-científicos; ao invés, busca-se o compartilhamento de saberes entre os sujeitos.

Brandão (2021) aponta a Educação Popular como contra-hegemônica em razão de que ela é caracterizada pela troca e partilha de saberes, sendo permanentemente contrária à mercantilização do conhecimento. Os saberes na EP segundo o autor, se constituem como valores a partir dos quais se reconhece a individualidade e a subjetividade que compreende cada sujeito, bem como a sua capacidade de construir seu próprio conhecimento, por meio da integração em comunidades aprendentes. A EP distancia-se, portanto, integralmente de ações educativas em que se privilegia a omissão do educando em detrimento da interlocução dos participantes.

Em contraponto às concepções conservadoras, a EP não vê a educação como uma preparação para o mercado e nem ao menos como uma simples etapa da vida a ser concluída; ao invés disso, como aponta Brandão (2008, p. 1), a educação “(...) não deve mais ser pensada como uma ‘etapa de preparação para a vida’. Deve ser pensada como uma vivência solidária de criação de sentidos ao longo de toda a vida e em cada um dos momentos da vida de cada ser humano”. Nesta perspectiva, o professor deve se constituir como um pesquisador em constante formação, de modo que reflita criticamente e melhore a sua prática ao passo que considere preciso.

Assim, compreende-se que o ato educativo acontece não somente nos espaços formais de ensino, como também nos não-formais e informais, o que ressalta que a EP que surge não só da necessidade de educar jovens e adultos, mas de uma educação para o pleno exercício da

cidadania, que rompa com as relações de poder, em que se pode observar, por meio da prática comunitária, uma pluralidade de conhecimentos e saberes que permitam à sociedade alcançar mudanças qualitativas.

Por essas e tantas outras razões é que a Educação Popular não pode ser deixada de lado ao se questionar as relações existentes entre opressores e oprimidos, pois ela é uma alternativa basilar na luta contra a hegemonia do pensamento, a violência simbólica, o neoliberalismo, o capitalismo, e se posiciona a favor de uma sociedade permeada pela justiça, humanização, igualdade, democracia, autonomia, enfim, pela transformação social. Nesse âmbito, o analfabetismo deve ser entendido como um dos elementos responsáveis pelos quais as entidades governamentais e a elite mantêm firmemente as estruturas de poder, a pobreza, a hierarquia do conhecimento, as relações autoritárias e opressoras e os pensamentos engessados das massas populares.

Nos países emergentes, tais como o Brasil, onde concentra em maior grau a pobreza, o analfabetismo e o trabalho precarizado, entre tantas outras desigualdades correntes que perduram por anos, décadas e até mesmo séculos, são resultantes do conformismo e da opressão das massas populares que se encontram adaptadas à estrutura dominante de tal modo que pouco fazem para mudá-la.

As consequências do analfabetismo são enunciadas por Ferreira da seguinte maneira:

O analfabetismo, no caso do Brasil, era uma das principais causas que bloqueavam as transformações políticas e sociais, e mantinha as populações engessadas em realidades desiguais, opressoras, arbitrarias e autoritárias (FERREIRA, 2018, p. 21).

Neste contexto, o educador Paulo Freire acredita que a transformação só pode acontecer com os sujeitos e não sobre os sujeitos, pois é preciso ouvir suas necessidades e demandas; para além disso, é preciso que as camadas populares compreendam a engrenagem em que estão imersas, e só a Educação Popular pode propiciar tamanha faceta.

Logo, a EP não pode ser compreendida como prática que se privilegia a coisificação humana e o mutamento, em que se reforça a afirmativa de que no aluno inexistente a capacidade de pensar. Em contraponto às concepções conservadoras e autoritárias, a EP busca arduamente formar sujeitos atuantes, conscientes de si e do mundo, e esta formação se dá prioritariamente por meio da construção coletiva do conhecimento, a partir sempre da realidade concreta, dos saberes e experiências do sujeito.

No entendimento de Brandão (2021), os saberes são compreendidos como igualmente importantes e respeitáveis, embora diferentes. Para o autor, uma nova e ousada antropologia trata-se daquela que considera que, do mesmo modo que na cultura letrada e erudita, no interior das comunidades populares, tais como as indígenas, em que resistem os conhecimentos construídos socialmente, também existem sabedores especializados e, por assim ser, também podem receber as titulações de especialistas, mestres e/ou doutores, pois em cada cultura, seja ela acadêmica ou empírica, a ciência se faz presente.

É preciso ressaltar que não entendemos aqui a Educação Popular como panaceia para as problemáticas existentes e nem tão pouco como a única responsável por promover transformações sociais qualitativas, mas sim como uma alternativa capaz de contribuir expressivamente com a ruptura das contradições existentes e para a libertação do sujeito. Isso porque se trata de uma educação construída diariamente para e entre o povo, seja em movimentos sociais, no trabalho, no meio social ou na família. Logo, é uma educação em que se prioriza a empatia e a solidariedade por pessoas que se encontram suscetíveis à violência e à alienação na lógica capitalista.

Acredito que a transformação do mundo em que estamos, e de toda qualquer lógica que nos é imposta, requer de nós a construção diária de ações projetos que desafiam as contradições existentes e questione de modo contundente as relações que nos mantém imbricados e engessados. Por isso, acreditamos que precisamos de uma educação que nos faça pensar, e não obedecer. Uma educação, que construa e trabalhe alternativas de libertação para e na nossa realidade. Uma educação problematizadora, que dialeticamente se apoie em nossas resistências e lutas [...] (FERREIRA, 2018, p. 33).

Desde as primeiras representações do que hoje pode ser compreendido como Educação Popular, a EP foi conceituada de diferentes formas, sofrendo até mesmo reducionismo a mera alfabetização de jovens e adultos. Não obstante, ela trata da formação política-cidadã das “categorias sociais e atores emergentes subalternos: camponeses, dirigentes e integrantes de grupos de bases, mulheres, indígenas, professores, adultos, jovens e crianças de setores populares” (CARRILLO, 2013, p. 22).

O trabalho na EP é visto como essencial no processo de humanização, emancipação e realização do homem. Não nos referimos aqui ao trabalho na lógica capitalista, na qual este se constitui em um viés de dominação, desigualdade, acúmulo de capital e formação de mão de obra, em que aprisiona homens e mulheres em condições sub-humanas; ao invés disso, para a

EP, o trabalho é um espaço potencializador que mediatiza a construção coletiva do conhecimento, bem como da transformação social.

Assim como o trabalho, a fala é um ponto forte para Paulo Freire e para as práticas de Educação Popular, ganhando assim papel de destaque nas relações educando-educador e educador-educando, uma vez que considera respeitosamente os saberes empíricos como inerentes no processo de ensino e aprendizagem e no desenvolvimento do sujeito, posto que o monólogo traz, expresso em si, a hierarquização dos conhecimentos e a depreciação dos saberes populares frente à cultura erudita e acadêmica.

Pensar a EP exige referenciar o trabalho desenvolvido pelo o educador Paulo Freire para com uma educação que realmente seja popular, apesar de o filósofo e educador ser lembrado de forma circunscrita pelo método desenvolvido para a alfabetização de adultos e pelas vastas contribuições à educação libertária. Freire almejou a emancipação do sujeito, desejando transformar a vida das massas populares mediante uma educação a serviço do povo, relacionada intrinsecamente à conscientização, a qual, para Brandão (2021), trata-se de uma educação que se baseia em:

Aprender com seu saber, pensar com sua mente, transformar a mente que pensa, partilhar com o outros o que aprendi e sabe, assumir o seu próprio destino, somar-se aos outros, transformar o seu mundo, fundar a sua liberdade, dizer a sua palavra e escrever a sua história (BRANDÃO, 2021, s.p.).

As práticas pedagógicas de Educação Popular, apesar de terem suas origens em espaços não escolares, tais como os movimentos sociais, e, por assim ser, encontrarem-se rechaçadas nas instituições formais de ensino, as quais prioritariamente buscam pela perpetuação das estruturas verticais e antidialógicas, ainda sim é exequível nas escolas e universidades por educadores que, em seu fazer docente, estejam comprometidos firmemente com a transformação da sociedade, buscando ensinar aos seus educandos o pensamento crítico.

A Educação Popular foi um dos principias legados deixados por Paulo Freire que, insubmisso e incomodado com os problemas sociais do seu tempo, dedicou-se a uma concepção dialógica de educação que não se restringe tão somente ao processo de escolarização. Para além disso, esteve a todo tempo preocupado com a libertação e emancipação das massas populares por meio da construção coletiva do conhecimento, e hoje suas contribuições à educação são base teórico-prática nos movimentos sociais e sindicais, em universidades, escolas, entre tantas

outras esferas da sociedade que têm nele a esperança da construção de um mundo mais justo e igualitário.

A PRÁXIS EDUCATIVA FUNDADA NOS PRINCÍPIOS FREIRIANOS

Em acordo com o educador Paulo Freire, a educação deve ser um instrumento que desperte a criatividade, a consciência crítica e a autonomia nos sujeitos que dela participam. As pessoas devem ser educadas não somente para ler, escrever e contar, como também para intervir criticamente na realidade social em que estão imersas, para que sejam capazes de compreender as contradições existentes no meio em que estão inseridas. Trata-se de uma educação para a cidadania e humanização do sujeito, pois, como considera Brandão: “A escola há de ser, agora mais do que nunca, um lugar de trocas de afetos e de sentidos dentro e ao redor do aprendizado da experiência da tolerância, da igualdade, da liberdade, da justiça, e, por que não? Do Amor” (BRANDÃO, 2008, p. 7).

Como argumenta Freire (2006, p. 14), “(...) *formar* é muito mais do que puramente *treinar* o educando no desempenho de destrezas (...)”. É necessário, pois, que a educação se constitua em uma perspectiva democrática ao considerar os conhecimentos construídos socialmente como valorosos e potencializadores de situações de aprendizagem. Outrossim, é preciso ver nas situações concretas aportes para as discussões dos conteúdos previstos nas bases curriculares.

No processo de ensino-aprendizagem é imprescindível considerar até mesmo os gestos dos professores, que podem vir a imprimir diferentes significados nos alunos, o que denuncia a presença da subjetividade e da afetividade na relação educando-educador e educador-educando. Sentimentos tais como alegria, insegurança e medo podem aparecer repetidas vezes na sala de aula e devem ser compreendidos como partícipes do processo, posto que, contrariamente às falas conservadoras e autoritárias de muitos profissionais, o aluno, ao entrar na sala, não deixa esquecido do lado de fora as suas vivências e os seus sentimentos.

A tarefa de ensinar, ao ser desempenhada seguindo-se um modelo democrático de educação, torna o docente suscetível a ouvir as indagações e os questionamentos que podem vir a surgir, constituindo-se pesquisador e inquieto a ponto de responder de forma tempestiva e/ou buscar respostas para as problemáticas impostas. Quando, ao invés disso, o educador se constitui em uma perspectiva conservadora, acaba por anular quaisquer possibilidades do

estudante despertar sua consciência crítica e criativa; em outros termos, rompe com a possibilidade do aluno de agir criticamente no mundo.

Assim,

O construir saberes, aprender a saber é portanto sempre uma experiência entre nós, a aquisição da informação pode ser solitária, o aprendizado de um conhecimento é um diálogo entre eu e o outro, como o diálogo que eu mantenho com o autor do livro em que leio, mas o aprendizado do saber crítico e criativo é sempre uma atividade vivida como um diálogo entre nós, não sendo posse de qualquer pessoa, o saber da sabedoria flui entre todos (BRANDÃO, 2021, s.p.).

Nesse âmbito, cumpre ainda ressaltar que a profissão docente não pode ser compreendida como transmissão do conhecimento, mas como uma construção em que todos são sujeitos aprendentes e todos são também ensinantes. Nesta relação não há objeto cognoscível, pois essa reflexão pressupõe que a formação é um processo permanente, a saber, que somos seres inacabados e, por assim ser, encontramos-nos em constante evolução e aprendizagem. Nesta perspectiva, a atividade docente exige do educador “(...) não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo” (FREIRE, 2006, p. 29).

Pensar certo, do ponto de vista do professor, tanto implica o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação quanto o respeito e o estímulo à capacidade criadora do educando. Implica o compromisso da educadora com a consciência crítica do educando cuja “promoção” da ingenuidade não se faz automaticamente (FREIRE, 2006, p. 29).

A curiosidade também deve se fazer presente na prática educativa, pois ela é promotora da inquietação, da reflexão e do inconformismo frente às situações que nos desconcertam, nos fazem indagar e buscar respostas aos conflitos internos. Trata-se aqui não da curiosidade ingênua, que em nada pode contribuir para com a manifestação frente às injustiças e desigualdades, a qual é facilmente observada nos oprimidos e injustiçados socialmente, mas, sim, da curiosidade crítica, que propicia no sujeito inquietude pela transformação daquilo que o inquieta.

De acordo com Freire (2006), é preciso haver coerência entre o que se faz e o que se diz. Assim, o discurso na prática docente não deve estar desvinculado de seu agir; senão, qual seria a confiabilidade do aluno? Estaria pensando e portando-se erroneamente o professor que se contrapõe entre o que fala e faz, posto que pensar certo exige coerência e postura ética.

A educação como instrumento para humanização, libertação e autonomia deve preterir qualquer forma de preconceito que possa existir, tais como a aculturação, que se dá por intermédio da dominação. Contrariamente a isso, o professor deve perceber a diversidade cultural como inerente ao sujeito e, assim como a subjetividade, vê-la como potencializadora de situações de aprendizagem. Nesta perspectiva, o docente deve reconhecer na valorização da cultura local um movimento contra-hegemônico.

Não é tarefa última da educação ensinar conteúdos ou transferir conhecimentos científicos, seja em espaços formais de ensino e/ou em comunidades aprendentes. Mais que isso, a educação apresenta função social, sendo esta contribuir para com a tomada de consciência da realidade em favor das lutas e resistências contra os problemas sociais, tais como a fome, a precarização e a exploração da força de trabalho, assim como o preconceito, o racismo e quaisquer formas de dominação e exploração existentes. Dessa forma, em um cenário de tantas contradições, não é possível o professor assumir postura passiva frente ao educando que se encontra em condição de vulnerabilidade socioeconômica, pois a falta de ação pode vir a ser entendida como indiferença e/ou descrença na mudança, como enuncia Freire:

Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou essa aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza (FREIRE, 2006, p. 102-103).

A Corporificação da Pedagogia da Autonomia como proposta por Paulo Freire (2006) no fazer docente pressupõe ao educador ou educadora práticas educativas democráticas e dialógicas que convergem com a compreensão de liberdade defendida pelo educador, a qual não se ocupa de defender a licenciosidade desmedida e desregulada, mas o respeito ao direito do educando de exercer autonomia nas escolhas, posto que não é esperado de um professor que assuma uma concepção pedagogicamente libertária e progressiva explicitar, em sua atividade docente, práticas que embruteçam e domesticam o educando.

Na relação educando-educador e educador-educando, quando pensadas a partir das Pedagogias da Libertação, da Autonomia e do Oprimido, sugeridas por Freire, torna-se imprescindível compreender as disparidades que existem entre o conceito de autoridade e autoritarismo, na medida em que a segunda encontra-se a cargo das ideologias conservadoras e autoritárias de educação. A partir de Paulo Freire pode-se compreender o contraste entre elas:

Recentemente, jovem professor universitário, de opção democrática, comentava comigo o que lhe parecia ter sido um desvio seu no uso de sua autoridade. Disse, constrangido, ter se oposto a que aluno de outra classe continuasse na porta entreaberta de sua sala, a manter uma conversa gesticulada com uma das suas alunas. Ele tivera inclusive que parar sua fala em face do descompasso que a situação provocava. Para ele, sua decisão, com que devolvera ao espaço pedagógico o necessário clima para continuar sua atividade específica e com qual restaurava o direito dos estudantes e o seu de prosseguir a prática docente, fora autoritária. Na verdade, não. Licenciado teria sido se tivesse permitido que a indisciplina de uma liberdade mal centrada desequilibrasse o contexto pedagógico, prejudicando assim seu funcionamento (FREIRE, 2006, p. 104-105).

A seguir, o ideário de educação defendido neste estudo que vai ao encontro do postulado de Paulo Freire e de outros defensores de uma educação democrática e dialética, para quem se faz necessário fortificar a notoriedade da amorosidade e da alegria na prática educativa. Não se trata aqui de respaldar avaliações e privilégios concedidos a determinado educando por possuir com ele relação de maior proximidade, e nem, ao invés disso, ser rigoroso e imobilista a ponto de não se relacionar-se afetivamente com o aluno, mais, sim, trata-se da amorosidade vinculada intrinsecamente à ética.

A EDUCAÇÃO A SERVIÇO DO SISTEMA CAPITALISTA

A educação formal, por ser mediatizada pelas bases curriculares, acaba por privar a autonomia não somente dos alunos como também dos professores, que têm suas práticas rotinizadas por documentos que orientam o trabalho docente. Neste contexto, percebe-se a mecanização da prática educativa frente à obediência aos currículos e, por conseguinte, à sobreposição de inteligências e embrutecimento, pois, como nota Rancière: “Há embrutecimento quando uma inteligência é subordinada a outra inteligência” (RANCIÈRE, 2002, p. 25).

Nesta perspectiva, não é possível haver um processo emancipatório da consciência, como propõe Rancière (2002); seria então somente a EP capaz de promover a emancipação e a libertação do educando, bem como de conceder autonomia aos educadores em suas práticas educativas. Para além disso, as bases curriculares com intento de promover um ensino igualitário a todos, com oportunidades iguais, por muito contribui com o crescimento das desigualdades, pois desconsidera as singularidades dos sujeitos e as diferenças socioeconômicas existentes.

Na contemporaneidade, com a maior consolidação do capitalismo, o acúmulo de capital e o aumento do poder aquisitivo passaram a ganhar papel de destaque com ênfase entre as classes hegemônicas, entre os quais se encontram as entidades governamentais. Neste contexto, observa-se maior privatização da educação, em um cenário em que as iniciativas privadas são entendidas frente à sociedade capitalista como respostas para os problemas educacionais, vide o financiamento da educação particular.

A privatização da educação repercute em maior incorporação das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) no processo de ensino-aprendizagem. Neste contexto, em que as relações professor/aluno passam a ser mediatizadas pelas tecnologias, o trabalho docente é reduzido à mera produção de conteúdo; em outros termos, o educador passa a ser visto como tutor nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). É preciso pontuar que, nesse cenário, as alterações no exercício da docência podem vir a contribuir com a desqualificação e desvalorização desse profissional.

Muito se percebe na educação formal políticas que remetem ao neoliberalismo e/ou ao conservadorismo, por se tratar de vertentes que retomam ao autoritarismo. Nesse ínterim, é necessária a tomada de consciência pelos profissionais da educação e famílias de quem a educação está verdadeiramente a serviço, posto que as correntes neoliberais são aportes válidos para retomada do tecnicismo por meio dos avanços das tecnologias. Enquanto isso, a militarização das escolas por meio das bases conservadoras busca disciplinar o proletariado e privilegiar a classe hegemônica por intermédio de práticas escolares excludentes.

Em diferentes momentos da história, a educação formal foi construída em uma lógica hierárquica e não igualitária, em que as massas populares têm seu acesso mais curto às escolas, quando comparado com os filhos dos senhores que historicamente possuem acesso preferencial aos níveis elevados de educação. A escola, para o proletariado, se caracteriza como meio de capacitação para força de trabalho e submissão à classe dominante, que tende a ser preparada para o exercício do poder e controle do capital, como identifica Brandão:

(...) educação escolar não seja oferecida a todos da mesma maneira e, assim, dos bancos e das salas de aula dos seus vários “níveis” ou “graus”, saiam desigualmente repartidos para a vida e o trabalho: uma pequena fração de senhores do poder e/ou do capital (para quem não raro o seu próprio “estudo” não é tão importante); uma faixa intermediária de trabalhadores funcionários ou liberais, funcionalmente colocados a meio caminho entre o puro trabalho e o puro poder e, portanto, liberados de serem trabalhadores “braçais”; finalmente, uma massa multiplicada destes últimos: sujeitos pobres e subalternos, a quem o “nível de ensino” dado civilize e torne eficazes para o trabalho, sem alcançar ser, no entanto, melhor do que a sua

condição de classe e maior do que devem ser as suas “aspirações” de vida (BRANDÃO, 1986, p. 22-23).

A evasão e a retenção são uns dos principais fracassos observados na trajetória escolar de crianças que pertencem às massas populares. Este insucesso, ao ser avaliado criticamente, possui causas precedentes no sistema educacional que é preparado para atender aos interesses das classes dominantes, posto que não é possível equiparar o desempenho de um criança privilegiada pela sociedade capitalista com aquela marginalizada, com condições de vidas desfavoráveis e com introdução precoce ao mundo do trabalho, que se deve primeiramente para com colaboração ao sustento familiar. Para além disso, ao contrastar a estrutura física, a qualidade do material e a titulação dos profissionais das escolas públicas e privadas, é possível observar diferenças eminentes – contradições estas que em nada os professores colaboram para freá-las, mesmo que possam.

Ensinar compreende uma postura crítica e democrática que deve ir de encontro à comodidade e ao conformismo. Para seguir nessa linha, é necessário acreditar firmemente na possibilidade de mudar aquilo que nos é imposto como imutável. A neutralidade não nos é possível, e não basta constatar: é preciso intervir. O aluno que vive à margem da sociedade rotulado pelo fracasso escolar pode vir a alcançar um bom desempenho desde que a escola consiga oferecer condições para seu desenvolvimento, pois, conforme Freire “(...) onde quer que haja mulheres e homens há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender” (FREIRE, 2006, p. 84).

AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS COMO FORÇA CONTRA-HEGEMÔNICA

Faz se necessário lembrar que a educação no Brasil historicamente se constituiu de forma elitista e excludente. Neste contexto, a Educação Popular vai ao encontro das classes empobrecidas e marginalizadas frente à sociedade hierárquica, na qual se observa que a educação está a serviço dos interesses da classe dominante. Neste cenário, por meio da EP é que se dá a busca pela inclusão dos excluídos que acontece em espaços como organizações populares, tais como o Movimento dos Sem Terra (MST), que podem ser vistos como ambientes educativos à medida que, por meio de práticas sociais, as pessoas se educam em comunhão.

O Movimento dos Sem Terra, em meio às lutas pela o direito à terra e à reforma agrária, imprime diariamente em suas práticas o legado deixado por Paulo Freire, buscando, por meio

da ação conjunta, a libertação dos empobrecidos e dos excluídos frente às políticas capitalistas, neoliberais e elitistas. Ele demonstra a potencialidade da coletividade na busca pela reestruturação da sociedade. Neste contexto em que se presenciavam homens, mulheres, crianças e jovens, o MST reconhece em si uma dimensão educativa capaz de contribuir para com a insubordinação das massas. Nesta perspectiva,

Os movimentos sociais do campo se propõem a redefinirem o próprio papel da escola na sociedade atual, pois refletem constantemente sobre: Que conhecimentos são necessários no campo? E o que é preciso estudar? Dessa forma, vêm sendo elaboradas novas práticas educativas no MST na perspectiva da Educação Popular (MST-RS, 2008, p. 26).

Neste cenário, observa-se maior fortificação de organizações populares em defesa de uma escola pública, laica e universal, com participação das massas populares entre as quais se encontram famílias que cobram dos dirigentes um ensino de qualidade a ser ofertado a seus filhos. Sobre esse panorama, Brandão aponta que essa postura corrige uma visão comum, “(...) segundo a qual esses pobres do campo e da cidade, produtores anônimos de *culturas*, sem possuírem a *Cultura*, nunca estiveram interessados pela educação dos seus filhos” (BRANDÃO, 1986, p. 27).

O analfabetismo e a educação pública foram, por muito tempo, concebidos unicamente pelas classes hegemônicas, mais precisamente a elite, mas é necessário desvelar a participação das massas populares em diversos momentos da história na busca de uma educação pública de qualidade e laica aos filhos dos operários, que por tantas vezes foram escondidas, como bem registra Brandão:

Não falo agora das redes familiares ou comunitárias de reprodução de um saber do povo. Não falo também dos incontáveis centros de ensino em confrarias de trabalho popular. Não falo sequer da participação de grupos de operários e camponeses em lutas locais junto a prefeitos e governadores de estados, pela educação de seus filhos. Falo da criação de escolas para filhos de operários, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, fundadas e mantidas por associações dos próprios operários (BRANDÃO, 1986, p. 32).

A educação pensada para e entre o proletariado busca romper com a ordem hegemônica em defesa de uma educação revolucionária, a qual vem sendo defendida em sua maioria por movimentos de classes e/ou com governantes com compromisso para com a educação

emancipatória. Nesta perspectiva, o ensino deixa de ser uma transmissão do conhecimento e o educador passa a criar possibilidades para que possa acontecer a sua construção.

O aprender não deve ser compreendido como o adaptar-se à estrutura dominante; ao invés disso, deve ser instrumento pelo qual o sujeito problematize e intervenha criticamente na realidade em que está inserido, de modo a transformar o mundo e a si próprio.

Para este caminhar, as participações efetivas em movimentos sociais devem ser compreendidas em uma lógica de transformação social: não se trata de uma educação para alfabetização – longe disso, é uma educação para cidadania, sendo ela tão importante e necessária como aprender a ler, escrever e contar, pois são espaços em que o sujeito constrói sua consciência política e cidadã, toma conhecimento de sua história, compreende as lutas de classe e contribui para com a construção de uma sociedade igualitária, que reconhece a heterogeneidade como característica a ser valorizada, como reforça Brandão:

No interior de uma comunidade aprendente, todo o processo de uma Educação Popular, comunitária e emancipadora é regido por uma horizontalidade de participantes iguais em suas diferenças, ela parte do princípio inclusive hoje antropológicamente indiscutível de que qualquer pessoa é uma fonte única e irreversível de seu próprio saber de vida (BRANDÃO, 2021, s.p.).

As trocas de saberes que ocorrem no interior dos movimentos populares são práticas contundentes de uma Educação Popular a serviço das classes marginalizadas, empobrecidas e exploradas pelas estruturas de poder. Neste contexto é que as organizações sociais apresentam sua dimensão educativa, pois a educação não é uma atividade essencialmente escolar, e por assim ser é realizável durante toda a vida dos sujeitos, em diferentes comunidades aprendentes.

A educação é um processo amplo que ocorre nos mais variados espaços sociais. Quando criança aprendemos em meio à família, na escola e com a comunidade onde residimos saberes necessários à vida em sociedade. Quando adultos, os saberes e aprendizagens são adquiridos em outras instituições formais de educação, mas também no trabalho, na festa, no supermercado, entre outros lugares (LUCENA; CAMELO; SILVA, 2019, p. 293).

Neste contexto em que se privilegia a lógica neoliberal, conservadora e autoritária em detrimento das concepções democráticas e progressistas, é preciso refletir acerca da juventude das massas populares e de sua construção. Considerando que a formação do sujeito induz à concorrência, à meritocracia e à acumulação do capital, nesta perspectiva, a Educação Popular se constitui como uma contraproposta ao mercado. Por assim ser, é necessário maior

representatividade de jovens em práticas de Educação Popular e organizações sociais, pois são eles quem corre o maior risco de, futuramente, encontraram-se imersos na condição de subordinados.

A MATERIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR EM ANGICOS

No tocante à Educação Popular, é impossível deixar de reportarmo-nos ao método de alfabetização de adultos criado por Paulo Freire e sua equipe inicialmente na cidade de Angicos – RN, localizada no nordeste brasileiro, e que se posicionava contrária aos métodos tradicionais de alfabetização. O método de Freire propunha uma educação dialógica, construída coletivamente a partir e sempre do universo vocabular do educando.

Um dos pressupostos do método é a idéia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário — um ato de amor, dá pra pensar sem susto —, não pode ser imposta. Porque educar é uma tarefa de trocas entre pessoas e, se não pode ser nunca feita por um sujeito isolado (até a auto-educação é um diálogo à distância), não pode ser também o resultado do despejo de quem supõe que possui todo o saber, sobre aquele que, do outro lado, foi obrigado a pensar que não possui nenhum. “Não há educadores puros”, pensou Paulo Freire. “Nem educandos.” De um lado e do outro do trabalho em que se ensina-e-aprende, há sempre educadores-educandos e educandos-educadores. De lado a lado se ensina. De lado a lado se aprende (BRANDÃO, 2006, p. 9-10).

O universo vocabular ou palavras geradoras significa os vocábulos usualmente presentes no cotidiano das massas populares. Para conhecê-los, faz-se necessário a introdução dos educadores na realidade desses sujeitos. Nesse âmbito, por meio de pesquisas participantes e investigações a serem feitas, é possível realizar uma listagem a ser empregue no processo de alfabetização, porém, faz-se necessário considerar que se trata de uma atividade que deve ser empreendida de modo a reduzir a distância que há comumente entre pesquisadores e pesquisados, como nos lembra Brandão (2006).

No método freiriano, a cultura e os saberes populares são igualmente importantes para o conhecimento técnico-científico, se constituindo como fomento no processo de ensino e aprendizagem, pois, como defende Brandão (2021), a construção de relações hierárquicas, interpostas pela sobreposição da cultura e dos saberes da academia, frente à cultura e aos saberes populares, não pode ser compreendida como experiências que impulsionam a emancipação do sujeito, e, por conseguinte, não se faz presente em práticas de Educação Popular.

Os métodos tradicionais de ensino, tais como a repetição e as cartilhas, tendem a usar no processo de alfabetização palavras alheias ao cotidiano do alfabetizando, o que dá ao trabalho docente um caráter mecanicista que, por vezes, acaba por desencorajar homens e mulheres que veem pouco ou nenhum significado naquilo que escreve e/ou leem por serem materiais que se encontram em desacordo com a realidade em que vivem. Logo, era preciso um método que fosse ao encontro do contexto sócio-histórico do sujeito, em que as palavras utilizadas em sua alfabetização fossem comuns de seu cotidiano e da sua comunidade, e que no processo de aprendizagem, a leitura não fosse tão somente de palavras, mas também do mundo: este é o método de alfabetização pensando e vivido por Paulo Freire inicialmente em Angicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Popular enquanto mecanismo de construção da consciência crítica e alavanca da transformação social, que possibilita a humanização e a liberdade do sujeito e faculta uma leitura consciente e crítica da sociedade e suas contradições, constitui-se uma vertente que carece de ocupar maiores espaços e visibilidade. Seus fundamentos devem ser compreendidos em sua inteireza e profundidade pelos sujeitos e profissionais que se utilizam deles em suas falas e práticas. Os princípios freirianos devem ser incorporados efetivamente no querer-fazer docente de educadores que buscam por transformações na sociedade. Desse modo, a Educação Popular não é própria somente de projetos sociais e iniciativas pontuais e locais: ao invés disso, pretende-se que ela venha a ocupar as instituições formais de ensino, conferindo novos rumos à educação brasileira.

As bases curriculares em acordo com o sistema educacional vigente em muito contribuem para as crescentes desigualdades sociais, pois excluem das escolas os filhos dos pobres e favorece a chegada da elite nos níveis mais elevados de educação. Nessa conjuntura imposta historicamente, a Educação Popular, determinada por ações democráticas e dialógicas, configura-se uma alavanca na transformação da educação, tornando-a ferramenta de emancipação e libertação das massas populares, sobretudo, na modernidade que muito têm falado, em direção a uma sociedade do conhecimento. Diante desse cenário, é preciso garantir às populações pobres o direito à educação, uma vez que esta é, para muitos, a única oportunidade para crescimento profissional e busca de seus direitos.

Diante as inferências empreendidas e da progressão do capitalismo em que se privilegia a competição, o individualismo e a formação aligeirada, que se ocupam tão somente da preparação para atender as exigências do mercado, e da preocupante naturalização e conformismo com que são enxergadas as desigualdades sociais e a consolidação das relações de poder, é necessário que a Educação Popular ganhe espaço nas instituições formais de ensino para que possa empreender transformações qualitativas no modelo de sociedade anteposto pela elite burguesa. Precisamos ter em mente que o cenário atual só pode ser mudado por um projeto de educação que diligencia a tomada de consciência em detrimento da comercialização e da compreensão da educação como bem a ser adquirido. Somente a Educação Popular é capaz de tamanho feito e de construir uma nova sociedade pautada na igualdade, na justiça e na emancipação dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 58 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Humanizar é educar: o desafio de formar pessoas através da educação. **Escritos abreviados**, Google Acadêmico, p. 1-10, 2008. Disponível em: http://www.aaparomeopolis.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/16/164/130/arquivos/File/4_HUMANIZAR_EH_EDUCAR.pdf. Acesso em: 05 abr. 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Braziliense, 2006. 65 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Paulo Freire: Vida e Obra – Aula Inaugural – Departamento de Educação, 2021. **YouTube**, 17 mar. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4gYUrodSbws&t=4512s>. Acesso em: 23 mar. 2022.

CARRILLO, Afonso Torres. A Educação Popular como prática política e pedagógica emancipadora. In: STRECR, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Teresa (Orgs.). **Educação Popular: lugar de construção social coletiva**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 15-32.

FEITOSA, Débora Alves. A Educação Popular como um saber de experiência. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 15, n. 1, p. 44 - 55, ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/31517>. Acesso em: 18 mar. 2022.

FERREIRA, Samuel Crissandro Tavares. **E se a cidade fosse nossa: A Educação Popular contribui na emancipação das juventudes na cidade?**. 2018. 278 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Educação, FURG, Rio Grande, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 33 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 148 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 56 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 253 p.

LUCENA, Hadassa Monteiro de Albuquerque; CAMELO, João Carlos Pereira; SILVA, Severino Bezerra da. Educação Popular e juventude: O movimento social como espaço educativo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 174, p. 290-315, out./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/7pytLbHGx7wGnSYMJsJ4JYzn/?lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2022.

MST – Movimento Sem Terra. Setor de Educação do MST – RS. O movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a Educação Popular e Paulo Freire. *In*: MELLO, Marco (Org.). **Paulo Freire e a Educação Popular: reafirmando o compromisso com a emancipação das classes populares.** Porto Alegre: IPPOA; ATEMPA, 2008. p. 25-26.

RANCIÈRE, Jacques. **O Mestre Ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual.** Tradução Lilian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 144 p.

Submetido em: 06 de abril de 2022.

Aprovado em: 20 de maio de 2022.

Publicado em: 10 de agosto de 2022.